



**CGU**

Controladoria-Geral da União

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Projeto de Cooperação Brasil – Alemanha para a Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – KfW BMZ-Nº 2003.66.658

*Exercício 2022*

**Controladoria-Geral da União (CGU)**  
**Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)**

***RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO***

**Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa**

**Unidade Auditada: Serviço Florestal Brasileiro**

**Município/UF: Brasília/DF**

**Relatório de Avaliação: 1353204**

## **Missão**

Elevar a credibilidade do Estado por meio da participação social, do controle interno governamental e do combate à corrupção em defesa da sociedade.

## **Avaliação**

A CGU realiza Auditorias de Recursos Externos a fim de avaliar a execução de projetos financiados por recursos internacionais. No âmbito desta avaliação estão análises sobre a regularidade da gestão, a suficiência e adequação dos controles internos e o atingimento dos resultados dos projetos.

## **QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA CGU?**

Avaliação da Gestão do Contrato de Contribuição Financeira KfW 2003.66.658 – “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia”, cujo objetivo é promover a gestão das florestas públicas para a produção sustentável, fomentar o manejo florestal e a silvicultura com espécies nativas visando a agregação de valor aos produtos florestais na Amazônia brasileira, em especial nas regiões sob influência da BR-163 e Purus-Madeira, durante o exercício de 2022.

## **POR QUE A CGU REALIZOU ESSE TRABALHO?**

Os Termos de Referência para Auditoria do Contrato de Contribuição Financeira nº 2003.66.658 estabelecem que o Relatório de Asseguração deve ser apresentado anualmente no mais tardar três meses após o final do período de relatório abrangido. Uma vez que se trata de projeto firmado pelo KfW com o Serviço Florestal Brasileiro, entidade do Poder Executivo Federal, cabe à Controladoria-Geral da União a realização dos trabalhos de asseguração.

## **QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA CGU? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?**

Os resultados alcançados pelo Projeto no ano auditado ficaram abaixo das metas financeiras previstas no planejamento anual. Os controles internos mantidos pela Unidade foram considerados satisfatórios. Os gastos analisados são compatíveis com as finalidades do Projeto e estão amparados por documentação válida. As Demonstrações financeiras representam adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a movimentação financeira e os investimentos realizados no Projeto, de acordo com as práticas contábeis informadas nas Notas Explicativas que as acompanham.

# **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CE	Comitê Estratégico
CI	Consultoria Internacional
CGU	Controladoria-Geral da União
CEx	Coordenação Executiva
FLONA	Floresta Nacional
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
KfW	Banco Alemão de Desenvolvimento
MOP	Manual Operativo do Projeto
NO	Não Objeção
POA	Plano Operativo Anual
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
UE	Unidades de Execução do Projeto

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>RESULTADOS DOS EXAMES</b>	<b>8</b>
<b>1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:</b> os resultados alcançados contribuem com o objetivo do Projeto e, apesar das diversas ações realizadas durante o ano de 2022, a execução das metas financeiras ficou abaixo das previsões do Plano Operativo Anual (POA).	<b>8</b>
<b>2. ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CGU:</b> não há recomendações da CGU pendentes de atendimento.	<b>15</b>
<b>3. AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS:</b> estrutura adequada para o desempenho das atividades previstas no contrato de contribuição financeira.	<b>15</b>
<b>4. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO EXTERNO:</b> Inexistência de recomendações para o Projeto pendentes de atendimento, tanto do exercício de 2022, quanto de exercícios anteriores.	<b>17</b>
<b>5. CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS:</b> Cláusulas Contratuais cumpridas adequadamente.	<b>18</b>
<b>6. ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DE GASTOS:</b> Prestações de Contas encaminhadas ao KfW corretamente elaboradas.	<b>18</b>
<b>7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Demonstrações financeiras apresentadas corretamente.</b>	<b>19</b>
<b>8. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS:</b> Regularidade dos processos examinados.	<b>19</b>
<b>9. GERENCIAMENTO DE BENS PATRIMONIAIS:</b> Existência de contratos de manutenção e seguro para os bens adquiridos com recursos do projeto.	<b>19</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>20</b>

# INTRODUÇÃO

Em atendimento à tarefa nº 1353204, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Contrato de Contribuição Financeira que financia o “Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia” - BMZ nº 2003.66.658, firmado em 16.12.2011, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), referente aos atos e fatos ocorridos no período de 01.01.2022 a 31.12.2022.

O Projeto é co-financiado pela Cooperação Financeira Alemã por meio do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento), sendo o orçamento estimado em pouco mais de 36 milhões de euros. Desse total, até 15 milhões de euros de contribuição financeira do Governo Alemão por meio do contrato com o KfW e aproximadamente 21 milhões de euros de contrapartida não financeira do governo brasileiro.

O objetivo do Projeto é promover o desenvolvimento socioeconômico e a conservação das florestas na Amazônia Legal com base no uso sustentável dos recursos florestais. O Projeto consiste em ações para implementação da política nacional de gestão florestal na região sob influência da BR 163 e na região Purus-Madeira.

O Projeto está estruturado nos seguintes componentes: Componente 1: Estrutura regional do SFB; Componente 2: Implementação de Florestas Nacionais; Componente 3: Capacitação e extensão em florestais sustentáveis; Componente 4: Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas; Componente 5: Difusão tecnológica para o aproveitamento de resíduos florestais com fins energéticos e outros produtos; e Componente 6: Coordenação do Projeto.

Os trabalhos de auditoria foram realizados em Brasília, mediante acesso aos processos eletrônicos mantidos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no período de 12.12.2022 a 31.03.2023, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA) e com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TO 3000, aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo responder às seguintes questões e subquestões de auditoria:

- 1) As cláusulas e os artigos do Contrato de Contribuição Financeira KfW BMZ/2003.66.658 foram adequadamente cumpridas?
  - 1.1) A execução financeira e física do Projeto tem acompanhado o Planejamento Anual e o prazo de vigência da operação do contrato de contribuição financeira?
  - 1.2) A Unidade executora possui controles internos mínimos que a permitam planejar, executar e avaliar o Projeto para o cumprimento dos seus objetivos?
  - 1.3) O Beneficiário Mandatário tem honrado os compromissos financeiros firmados no Contrato de Contribuição Financeira?
  - 1.4) Há um adequado gerenciamento sobre os bens patrimoniais adquiridos com recursos da operação de Contribuição Financeira?

- 1.5) As despesas incorridas pelos Projetos atenderam aos requisitos normativos e formais estabelecidos no Contrato de Contribuição Financeira, Diretrizes do Banco específicas para aquisições de bens e serviços ou contratação de consultorias, ou, conforme o caso, à legislação nacional?
- 2) As demonstrações financeiras representam os recursos recebidos e os investimentos do Projeto?
  - 2.1) As prestações de Contas dos Pedidos de Reembolso da Conta da Contribuição Financeira ou as Prestações de Contas dos Recursos Antecipados dessa conta estão corretamente apresentadas em termos de valores e elegibilidade?
  - 2.2) As demonstrações financeiras estão corretamente apresentadas?

Os critérios de seleção e a representatividade das amostras de gastos que foram aplicados pela equipe estão a seguir indicados:

- a) Aquisição de Bens, Obras e Serviços: Foi analisada a documentação suporte dos pagamentos (acompanhamento das obras e liquidação da despesa) realizados pelo ICMBio para a obra da Gerência Regional Norte (GR 01) e pelo SFB para a obra da Unidade Regional, ambas em Santarém/PA, em função da materialidade desses contratos sobre a execução total do ano. Nossa amostra representou 54,94% (R\$ 2.868.074,30) do total de gastos do Projeto (R\$ 5.220.102,87) em 2022.
- b) Gestão Patrimonial: não foram promovidas inspeções físicas nos bens adquiridos em exercícios anteriores (não foram adquiridos bens em 2022) e nas obras e serviços executados no âmbito do projeto, tendo em vista a localização dos bens (Porto Velho/RO e Santarém/PA) e das obras (Santarém/PA).

Ressalte-se que não foram incluídos, na análise dos gastos, os pagamentos diretos efetuados à consultoria – Detzel Consultores Associados S/S, pois se trata de agência contratada pelo próprio KfW, e nem as despesas realizadas pelo Fundo Suplementar.

# RESULTADOS DOS EXAMES

**1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:** os resultados alcançados contribuem com o objetivo do Projeto e, apesar das diversas ações realizadas durante o ano de 2022, a execução das metas financeiras ficou abaixo das previsões do Plano Operativo Anual (POA).

O Projeto de Contribuição Financeira não Reembolsável "Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia - BMZ 2003.66.658" consiste em ações para a implementação da política nacional de gestão florestal na região de influência da BR- 163 e na região Purus-Madeira, tendo como órgão executor o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e coexecutor o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

O Projeto iniciou suas atividades em janeiro de 2013 com previsão de execução durante quatro anos, no entanto, devido a atrasos na sua implementação e ampliação no número de floras contempladas, houve aprovação dos parceiros envolvidos e autorização do governo brasileiro para a extensão do prazo de execução do Projeto até 31.12.2023.

O orçamento total previsto para o projeto é de €36.411.214,29 (trinta e seis milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e quatorze Euros e vinte e nove centavos). Sendo €15.000.000,00 (quinze milhões de Euros) do KfW, por meio de uma doação ao Projeto Gestão Florestal, e €21.411.214,29 (vinte um milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e quatorze Euros e vinte e nove centavos) de contrapartida não financeira do governo brasileiro.

A evolução do Projeto tem apresentado índices baixos de realização financeira dos recursos da doação desde o seu início. Houve uma melhora nos anos de 2016 e 2018, no entanto houve uma desaceleração novamente em 2019 e em 2020 com a Pandemia do COVID-19 e, também, foi fortemente impactada pela desvalorização da moeda nacional ao longo de todo o período. Até 2022 foram desembolsados EUR 9.359.293,57, o que corresponde a 62% dos recursos da Doação. No total o Projeto executou R\$ 40.061.879,91, no período de 2013 a 2022. A implementação do Projeto em 2022 foi impactada principalmente pelo teto de gastos e pelo entendimento firmado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de que todos os gastos do Projeto devem ser empenhados no Siafi. Com isso, os pagamentos da Consultoria Internacional, que são efetuados diretamente pelo KfW, incluindo os do Fundo Suplementar, concorreram com o orçamento do SFB e ICMBio. Ressalte-se que a limitação orçamentária na fonte 195 só foi revogada em dezembro/2022, deixando de ser um entrave para o Projeto (Emenda Constitucional nº 126, de 21.12.2022).

Assim, ainda que o Projeto tenha uma melhora significativa no ritmo das ações da execução financeira e comprovação dos investimentos, uma boa parte dos recursos da doação provavelmente não seria utilizada até 2023. Diante disso, no segundo semestre de 2022, a Coordenação Executiva do Projeto oficiou o KfW manifestando o interesse do SFB e ICMBio na prorrogação do prazo de vigência do Projeto até 2025, apresentando os cenários de execução e os principais compromissos para alcance das metas do Projeto. O KfW, por sua

vez, condicionou a prorrogação do prazo de execução do Projeto a novas medidas para atingir as metas do Projeto e disponibilidade orçamentária dos parceiros.

O quadro a seguir apresenta os valores em reais executados em 2022 e as principais ações por componente que efetivamente impactaram o projeto financeiramente e a conta da doação:

**Quadro 1 – Execução Financeira de 2022 frente ao Planejamento do POA 2020-2023**

POA 2022		Execução Financeira 2022 (R\$)	% Execução Financeira POA	Atividades com impacto financeiro em 2022
Meta financeira 2022 – Investir R\$ 26.589.834,35	Componente 1 – R\$ 1.500.000,00	1.144.756,91	76,32	Construir Unidade Regional de Santarém.
	Componente 2 -R\$ 20.812.834,35	2.015.873,34	9,69	Construir e fiscalizar obra da Sede da Gerência Regional Norte - Santarém - GR01. Adquirir equipamentos para a FLONA Caxiuanã, Humaitá, Balata Tufari e Iquiri. Implementar a gestão na FLONA Pau Rosa
	Componente 3 -R\$ 250.000,00	0,00	0	-
	Componente 4 -R\$ 500.000,00	0,00	0	-
	Componente 5 -R\$ 1.527.000,00	0,00	0	-
	Componente 6 -R\$ 2.000.000,00	2.059.472,62	103%	Serviços prestados pela Consultoria.
Total Geral		5.220.102,87	19,63%	-

Fonte: POA 2022 – Anexo 3 ao 8º Relatório Anual.

Para o exercício de 2022 foram planejadas no POA/PAAC atividades do Projeto no valor total de R\$ 26.589.834,35. Contudo, a execução financeira foi de R\$ 5.220.102,87. Além dos recursos executados, estão comprometidos R\$ 2.253.178,28 em contratos já assinados e em andamento. Observa-se pelo quadro acima que o projeto alcançou um baixo percentual de execução financeira no exercício de 2022, com investimento de apenas 19,63% em relação ao montante previsto no POA 2022. Considerando os montantes executados e comprometidos nesse exercício, foram implementadas ações no valor de R\$ 7.473.281,15 o que equivale a 28% do valor planejado para o POA 2022. Além dos recursos executados pelo POA em 2022, também houve execução pelo Fundo Suplementar no valor de R\$ 720.546,14 em contratos e aquisições e estão comprometidos outros R\$ 222.439,00 em contratos em andamento. Em relação ao Componente 6 (Coordenação do Projeto), a execução financeira ficou acima do previsto devido à variação cambial.

A seguir são apresentadas as principais atividades realizadas em 2022, por componente, extraídas do 8º Relatório Anual, elaborado pela CI, que demandaram esforços tanto do SFB quanto do ICMBio e/ou comprometimentos de recursos, ressaltando que muitas dessas atividades não tiveram o respectivo impacto financeiro na conta da doação do KfW até então:

**Componente 1 – Estrutura Regional do SFB:** Construção da Unidade Regional de Santarém/PA do SFB. Até a última medição, realizada em 07.12.2022, o percentual de execução física da obra correspondia a 94% e financeira a 97%. Em 2022 o Contrato foi aditivado para reajuste de valor de R\$ 311.609,70 e foi prorrogado até 31.07.2023.

**Componente 2 – Implementação de Florestas Nacionais:** Os processos de demarcação das FLONA do Bom Futuro, Amana e Mulata, após a manifestação da Sede do ICMBio, foram encaminhados para as FLONA para nova instrução processual e, apesar dos subsídios fornecidos pela Consultoria Internacional, não avançaram. O ICMBio encontrou dificuldades internas para iniciar os processos de contratação em 2022, pois os prazos de contratação e execução das atividades de demarcação e sinalização das FLONA estão sendo impactados pelo prazo atual de execução do Projeto. A empresa contratada, por meio do Fundo Suplementar, para execução de serviços técnicos especializados para estruturação do sistema produtivo do Pau Rosa na região do rio Paraconi, apresentou os resultados do diagnóstico do sistema de produção de sementes e mudas. Contudo, as oficinas de qualificação dos produtores de sementes e mudas de pau rosa, que estavam previstas para acontecerem no primeiro semestre de 2022, por solicitação do ICMBio, foram temporariamente suspensas, devido à questão de alocação de orçamento para o registro das despesas no Siafi. Só após o prévio empenho, em dezembro/2022, o ICMBio autorizou o retorno das atividades na FLONA do Pau Rosa.

O inventário florestal na Floresta Nacional de Mulata, realizado pelo SFB, apresentou inconsistências no trabalho realizado pela empresa contratada. A coleta de dados está sendo feita e o relatório ainda não foi concluído. Os inventários florestais do Aripuanã, Jamanxim e do Trairão também estão em andamento pelo SFB.

A obra do ICMBio da Gerência Regional Norte (GR 01) em Santarém encontra-se em andamento e está com 77% de execução financeira e 88% de execução física. O ICMBio obteve Não Objeção do KfW para realizar o reequilíbrio e prorrogação da vigência do contrato com a empresa construtora. A conclusão da obra está prevista para abril de 2023.

O Projeto apoiou a gestão das 24 FLONA por meio de reuniões técnicas com os gestores das Unidades de Conservação, aquisição de combustíveis e manutenção de veículos. A empresa contratada pelo Fundo Suplementar para a elaboração de diagnóstico de uso do território da Floresta Nacional de Mulata apresentou o plano de trabalho e o relatório de registro das reuniões (Produtos 1 e 2), o levantamento de fontes bibliográficas e documentais sobre as dinâmicas de uso e ocupação da FLONA e entorno (Produto 3), a análise das informações geográficas (Produto 4) e o relatório de campo com registro das atividades realizadas (Produto 5). No entanto, com a suspensão das atividades em agosto de 2022, as atividades de diagnóstico da FLONA da Mulata ficaram suspensas até o final de 2022, impactando nos objetivos propostos.

Foram realizadas reuniões de conselhos consultivos ao longo de 2022 na FLONA Pau Rosa, Jaturana, Balata Tufari, Tapajós e Jamari.

Foram finalizadas as atividades de diagnóstico das condições de logística de transporte, infraestrutura e levantamento de preços para a concessão florestal na Floresta Nacional de

Mulata. O Projeto apoiou ainda, por meio do Fundo Suplementar, a realização da expedição à FLONA do Crepori para cumprimento de Decisão Judicial no âmbito do processo de concessão florestal para a redefinição da Unidade de Manejo Florestal – UMF II.

Encontram-se em andamento os seguintes processos de concessão florestal em FLONA apoiadas pelo Projeto:

- FLONA de Humaitá: Está com a licitação em fase final de recurso com homologação e convocação de vencedores para apresentação de documentos para assinatura do contrato em janeiro de 2023. Previsão de assinatura do contrato: março de 2023.
- FLONA do Amana: Está com o Edital de concorrência pública de três Unidades de Manejo Florestal (UMF) suspenso em decorrência de decisão judicial liminar.
- FLONA do Jamari: A licitação da UMF V da FLONA foi concluída. O contrato com a empresa vencedora foi assinado em junho de 2022, contudo a atividade de manejo florestal ainda não foi iniciada.

Em 2022, em atendimento ao disposto no artigo 8º da Lei nº 11.284, de 02.03.2006, regulamentada pelo artigo 30 do Decreto nº 6.063, de 20.03.2007, o Projeto apoiou, por meio do Fundo Suplementar, a realização de audiências públicas para apresentação das propostas de editais de concessão florestal. Foram realizadas audiências públicas para apresentação dos editais de concessão da FLONA do Jatuarana, FLONA do Pau Rosa e FLONA de Balata Tufari.

Para apoio das atividades de monitoramento e divulgação dos dados das concessões estão em desenvolvimento a *Web map* na plataforma Arcgis com os dados vetoriais cadastrados no Sistema de Cadeia de Custódia – SCC do SFB e a Plataforma de *Business Intelligence* (BI) aplicada ao Sistema de Cadeia de Custódia – SCC do SFB.

**Componente 3 – Capacitação e extensão em atividades florestais sustentáveis:** O projeto para construção do centro de capacitação em manejo florestal e silvicultura no quilômetro 72 da FLONA do Tapajós foi finalizado e a obra iniciada. Além de servir como espaço de capacitação e treinamento em manejo florestal sustentável e silvicultura, o Centro servirá como base de apoio para os coletores de sementes da FLONA e como espaço de beneficiamento e armazenamento de produtos florestais não madeireiros, no âmbito do manejo florestal comunitário, fortalecendo a bioeconomia local. Em 2022, a CI realizou visitas de monitoramento à área de construção do Centro. As obras foram iniciadas em novembro e o término está previsto para 2023.

A capacitação técnica no setor florestal por meio do Portal “Saberes da Floresta” é um dos instrumentos de suporte para implementar uma economia florestal no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI em cooperação com o BNDES.

O Portal está disponível em: <https://saberes.forestal.gov.br/> e disponibiliza dez cursos de EaD distintos, a saber: 1. Manejo da Castanha; 2. Manejo do Açaí; 3. Gestão de Empreendimentos Comunitários; 4. Introdução à Concessão Florestal; 5. Introdução a Cooperativas e Associações; 6. Introdução ao Manejo Florestal Sustentável; 7. Manejo Florestal Comunitário

e Familiar; 8. Manejo de Impacto Reduzido com ênfase nas etapas e elaboração de Planos de Manejo; 9. Introdução à Recomposição da cobertura vegetal nativa; e 10. Óleos e resinas brasileiras.

No exercício de 2022 foram oferecidas 56 turmas. Ao todo foram inscritos 13.981 participantes, com 3.484 aprovados. Desde a sua criação, o Portal recebeu a inscrição de 81.802 pessoas interessadas nos dez cursos oferecidos. No período de 2018 a 2022, 21.352 pessoas foram aprovadas e capacitadas. Em 2022, houve uma redução na quantidade de inscritos e aprovados nos cursos oferecidos pelo Portal devido a problemas técnicos no site do SFB, restrições de divulgação e impossibilidade de oferta de todos os cursos durante o período eleitoral.

No primeiro trimestre de 2022 o SFB realizou uma *live* da série intitulada “Saberes em Perspectiva” que abordou o tema de Produção de Óleos e Resinas. No segundo trimestre foram produzidas dez pílulas do conhecimento relacionadas aos temas dos cursos oferecidos pelo Portal. Além disso, foram realizadas atividades de implantação, alimentação, configuração e atualização da biblioteca virtual e da videoteca do Portal, bem como a revisão dos dez cursos oferecidos.

**Componente 4 – Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas:** As informações sobre a execução deste Componente reproduzidas a seguir são idênticas às já apresentadas no 7º Relatório Anual, referente ao exercício de 2021.

Os projetos executivos de recomposição de áreas degradadas nas FLONA do Tapajós e do Bom Futuro foram concluídos e foram apresentadas as minutas de Termo de Referência para contratação das empresas que irão implementar os projetos conforme detalhado abaixo:

FLONA do Bom Futuro - TdR para recomposição de 521,62 hectares de áreas degradadas. - Restauração ativa (plantio total) em áreas de pastagem sem regeneração natural – 509,67 hectares. - Restauração assistida (adensamento/enriquecimento) em áreas com regeneração natural – 11,97 hectares. - O Termo de Referência para contratação da empresa para implantação das atividades de recomposição na FLONA do Bom Futuro está em fase de análise por consultoria jurídica para a publicação. Essa contratação será feita por meio do Fundo Suplementar do Projeto.

FLONA do Tapajós - A minuta do TdR para recomposição de 46,26 ha de áreas degradadas na FLONA do Tapajós, por meio de implantação de Sistemas Agroflorestais em áreas concedidas aos comunitários residentes na FLONA está em fase de avaliação pelo ICMBio.

Apesar dos esforços do ICMBio e da Consultoria Internacional, as atividades de restauração florestal nas FLONA Bom Futuro e Tapajós estão em descompasso com o cronograma inicial. Esses atrasos ocorreram em função das restrições de trabalho de campo presencial relacionadas à pandemia do COVID-19, das alterações nas equipes gestoras do ICMBio e de um maior tempo necessário de articulação e construção de consenso para tomada de decisão sobre as ações operacionais para implementar as medidas de reflorestamento em áreas específicas nas FLONA.

O cronograma dos projetos executivos prevê a implantação das áreas em 2022 e atividades de manutenção nos plantios a partir de 2023. Como as recomendações técnicas preveem a continuidade dos serviços de manutenção por no mínimo 3 anos, a empresa contratada será responsável por executar estes serviços em 2024 e 2025 para o alcance do objetivo previsto no Componente 4 “Implementar as Áreas Experimentais de Silvicultura com Espécies Nativas”.

**Componente 5 – Difusão tecnológica para o aproveitamento de resíduos florestais com fins energéticos e outros produtos:** O resultado do estudo contratado com o objetivo de reduzir os impactos ambientais por meio do aproveitamento de resíduos para geração de energia “Geração de eletricidade utilizando resíduos do processamento da madeira de concessão florestal”, por meio do Fundo Suplementar, foi disponibilizado no site do SFB ([https://snif.florestal.gov.br/images/pdf/publicacoes/outras\\_publicacoes\\_periodo\\_eleitoral/CARTILHA\\_VERSO\\_FINAL.pdf](https://snif.florestal.gov.br/images/pdf/publicacoes/outras_publicacoes_periodo_eleitoral/CARTILHA_VERSO_FINAL.pdf)). A análise de viabilidade resultante do estudo do SFB comprovou o potencial econômico da implementação de unidades industriais demonstrativas de tratamentos de resíduos florestais e embasa cientificamente projetos de geração de energia, emprego e renda na região de abrangência do Projeto. Existem experiências em andamento no distrito de Moraes Almeida, nos municípios de Itaituba/PA, Porto Velho/RO, Itapoã do Oeste/RO e Candeias do Jamari/RO, conforme segue:

- Na FLONA de Altamira, as empresas concessionárias que compõem o Grupo Patauá Florestal aproveitam os resíduos florestais da seguinte forma: recortes de madeira são vendidos para a Tramontina para confecção de cabos de talheres e outros utensílios; filetes e cascas são vendidos para uma siderúrgica do Mato Grosso; a serragem que sobra das cinco indústrias de beneficiamento é transformada em biomassa e usada na geração de energia para alimentar todas elas. Hoje, o grupo Patauá é autossuficiente na produção de energia elétrica e sua usina termoelétrica tem capacidade de produzir três megawatts/mês, quantidade suficiente para alimentar o distrito de Moraes Almeida, apenas com a utilização dos resíduos florestais.
- Nas FLONA de Jamari e Jacundá, os resíduos da serraria da concessionária Madeflona eram incinerados anteriormente. Hoje, a serragem é vendida para a geração de energia de uma fábrica de cerâmica da região e a parte sólida (cascas e filetes) é vendida para as indústrias termoelétricas.

Os equipamentos adquiridos pelo Projeto são utilizados continuamente para formação de alunos, prestação de serviço especializado para sociedade, pesquisas internas e em parcerias com outras instituições. Atualmente encontram-se em andamento as seguintes atividades: a) caracterização energética de resíduos de sete espécies da FLONA de Jacundá; avaliação técnica, econômica e ambiental de uma planta de torrefação de biomassa para produção de biocombustível a partir de resíduos lignocelulósicos do Distrito Federal; torrefação de blendas de madeira de construção e resíduos lignocelulósicos para uso energético; potencial energético de briquetes de casca de arroz em mistura com serragem de pinus; e aproveitamento energético de podas urbanas e outros resíduos sólidos.

**Componente 6 – Coordenação do Projeto:** Até o final de 2022 estavam sob concessão 1.134.271,62 hectares em seis FLONA apoiadas pelo Projeto (Jamari, Altamira, Jacundá, Caxiunã, Crepori e Amapá). A produção de madeira em 2022 foi de 289.282 m<sup>3</sup>

correspondente ao manejo florestal nas FLONA de Jamari, Altamira, Jacundá e Caxiunã com arrecadação de R\$ 22.971.356,21 pelas concessões florestais.

Em 2022 foram elaborados os relatórios trimestrais 29, 30, 31 e 32º, este último que corresponde também ao 8º relatório anual. A análise e compilação dos dados de monitoramento do Projeto é realizada trimestralmente, tendo como principais instrumentos: Relatório Sinóptico; Relatório Financeiro Orçado X Executado; Monitoramento Trimestral de Execução Físico-Financeiro; Gráfico Sankey; Execução Fundo Suplementar; Relatório Fotográfico; Fichas de Presença; e Inventário de Mobiliário e Equipamentos. Anualmente são apresentados outros três documentos que também ilustram o monitoramento das atividades, dos impactos e riscos do Projeto: Matriz de Resultados Físicos e Financeiros; Monitoramento de Impactos do Projeto; e Monitoramento de Riscos do Projeto.

No segundo trimestre de 2022, o SFB, ICMBio e KfW realizaram, com o apoio e participação da CI, uma Missão de Revisão do Projeto com visitas técnicas e o monitoramento de resultados e impactos *in loco* em Porto Velho e nas FLONA do Jamari e do Bom Futuro. Foram apresentados os resultados e ações em andamento do SFB e ICMBio.

Em 2022 a Coordenação Executiva do Projeto encaminhou consulta à STN quanto à obrigatoriedade de registro no Siafi de despesas pagas diretamente pelo KfW. Foi elaborada nota técnica baseada no “Manual de Regras e Orientações sobre Execução Financeira da STN para Projetos Financiados com Recursos Externos” contendo entendimentos divergentes daqueles apresentados pela STN. A CI entendeu que não se tratava de execução financeira, e sim contábil e, portanto, não deveria ser lançado como nota de empenho, impactando diretamente o orçamento do órgão. Contudo, a STN ratificou a recomendação de registros no Siafi dos pagamentos realizados diretamente pelo KfW à CI. O assunto foi comunicado ao KfW, que se prontificou a levar a questão para discussões internas da Cooperação Alemã. Ao longo de 2022 foram efetuados os registros no Siafi, de acordo com a orientação da STN.

O Manual Operativo do Projeto (MOP) foi revisado e atualizado pela Consultoria Internacional abrangendo os seguintes itens: - SFB na estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; - Aumento do número de Florestas Nacionais apoiadas pelo Projeto de 18 para 24; - O Sistema de Informações Gerenciais do Ministério do Meio Ambiente (Sigma) não é mais utilizado pelo MMA; - Inclusão da Lei nº 14.133/2021 que trata de aquisições e contratações no âmbito do Governo Brasileiro; - Procedimentos para utilização do Fundo Suplementar do Projeto. O MOP revisado foi analisado pelos parceiros e enviado em 24.10.2022 para o KfW e aguarda sua Não Objeção.

Não houve alteração na equipe da Consultoria Internacional em 2022.

## **2. ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CGU: não há recomendações da CGU pendentes de atendimento.**

No exercício de 2022, por meio do Relatório de Avaliação nº 1079048, foi emitida a seguinte recomendação por esta CGU: "*Promover o acompanhamento nas Notas Explicativas dos registros contábeis de regularização no Siafi referentes aos pagamentos promovidos pelo KfW junto à conta da Doação nas duas modalidades (pagamentos diretos e fundo suplementar), apresentando de forma anual e acumulada, além dos valores pagos diretamente pelo Banco, os valores regularizados no Siafi, incluindo a informação de eventual saldo a regularizar*".

O SFB encaminhou consulta à STN, por meio do qual solicitou orientações quanto à forma de registro do Siafi de pagamentos realizados no exterior. Em resposta, a STN esclareceu que "*correta maneira de registrar tais pagamentos é a que vinha sendo adotada pelo projeto até 2018, com reconhecimento da receita e sua utilização para efetivar o registro do gasto no SIAFI, também considerada a vedação de haver despesa sem prévio empenho*".

Segundo informações repassadas, a partir da orientação o SFB e o ICMBio deram início a ampliarem suas dotações na fonte 195 (Doações de Entidades Internacionais - KFW) para realização dos registros no Siafi dos pagamentos realizados à Consultoria Internacional do Projeto no exterior, o que inclui a execução do fundo suplementar.

Durante o ano de 2022, o SFB e o ICMBio registraram, conforme disponibilidade orçamentária, 1.468.086,42 euros, o que demonstra o compromisso e esforço para obtenção de disponibilidade orçamentária para realização dos registros, conforme indicado pela STN. Segundo informações encaminhadas, o ICMBio e o SFB, buscarão a obtenção de disponibilidade orçamentária para dar andamento aos registros dos valores anteriormente realizados e a registrar, bem como os novos pagamentos referentes à Consultoria Internacional e ao Fundo Suplementar serão registrados mediante prévio empenho, e o registro no Siafi será realizado tão logo o KfW realize o pagamento referente à Consultoria Internacional e ao Fundo Suplementar, e informe o pagamento à Coordenação do Projeto.

Em análise às Notas Explicativas de 2022, verificou-se que as informações foram apresentadas, conforme recomendação desta CGU.

## **3. AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS: estrutura adequada para o desempenho das atividades previstas no contrato de contribuição financeira.**

O Projeto é uma cooperação entre o governo brasileiro, tendo como executores das ações, no exercício de 2022, o Mapa, representado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e o MMA, por intermédio do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), e o Governo Alemão, por meio do KfW.

O Contrato de Doação entre o MMA e o KfW, de 16.12.2011, prevê o seguinte arranjo de Coordenação do Projeto: Comitê Estratégico (CE), Coordenação Executiva (CEx) e Unidades de Execução do Projetos (UE), além da Consultoria Internacional – IP Consult (CI) de apoio e assessoria administrativa, financeira e técnica. Sendo o Comitê Estratégico formado por dois representantes do SFB, dois representantes do ICMBio e um representante da Secretaria Executiva do MMA. A Coordenação Executiva formada por um coordenador executivo, um representante do SFB e outro do ICMBio e os dois Coordenadores das Unidades de Execução do Projeto. A Portaria nº 89, de 29.07.2019, designou o coordenador executivo, titular e suplente do SFB e a Portaria nº 591/2020 designou nova coordenadora do ICMBio, a saber:

SFB

- Diretor de Concessões Florestais e Monitoramento
- Coordenadora Geral de Concessões Florestais (suplente).

ICMBio

- Coordenadora Geral de Planejamento Operacional e Orçamento

Unidades de Execução do Projeto (UE):

SFB

- Diretor de Concessões Florestais e Monitoramento.
- Coordenadora Geral de Concessões Florestais (suplente)

ICMBio

- Coordenadora Geral de Planejamento Operacional e Orçamento

Com a publicação do Decreto Nº 9.759, de 11.04.2019, que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, o CE foi extinto. Destaque-se, entretanto, que com a publicação do Decreto nº 11.371, de 01.01.2023, o Decreto nº 9.759/2019 foi revogado.

No segundo trimestre de 2022, o SFB, ICMBio e KfW realizaram com o apoio e participação da Consultoria Internacional (CI) uma Missão de Revisão do Projeto com visitas técnicas e o monitoramento de resultados e impactos *in loco* em Porto Velho e nas FLONA do Jamari e do Bom Futuro. Foram apresentados os resultados e ações em andamento do SFB e ICMBio. Nessa ocasião, a Coordenação Executiva manifestou seu interesse de prorrogação do prazo de vigência do Projeto até 2025, apresentando os cenários de execução e os principais compromissos para alcance das metas do Projeto. O KfW condicionou a prorrogação do prazo de execução do Projeto a novas medidas para atingir as metas do Projeto e disponibilidade orçamentária dos parceiros.

Em decorrência de nossos exames, verificamos que a Unidade de Coordenação do Projeto está apropriadamente estruturada para o desempenho das atividades previstas no Contrato de Doação, mantendo controles internos adequados no que se refere aos aspectos relacionados ao ambiente de controle, aos procedimentos de controle, à gestão de risco, à informação e comunicação e ao monitoramento.

#### **4. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO EXTERNO: Inexistência de recomendações para o Projeto pendentes de atendimento, tanto do exercício de 2022, quanto de exercícios anteriores.**

Quanto à existência de determinações seja do KfW, seja de outros órgãos como Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN), segundo a Nota Informativa nº 2/2023/CGCOF-SFB/DCM-SFB/SFB/MAP, de 25.01.2023, o SFB solicitou orientações à STN quanto à forma de registro do Siafi de pagamentos realizados no exterior. Em resposta, a STN, recomendou que *"a correta maneira de registrar tais pagamentos é a que vinha sendo adotada pelo projeto até 2018, com reconhecimento da receita e sua utilização para efetivar o registro do gasto no SIAFI, também considerada a vedação de haver despesa sem prévio empenho"*.

O SFB informou que, em atendimento à recomendação emitida pela STN, tanto o SFB, quanto o ICMBio deram início aos esforços para ampliarem duas dotações na Fonte 195 (Doações de Entidades Internacionais - KFW) para realização dos registros no Siafi dos pagamentos realizados à consultoria internacional do Projeto no exterior, o que inclui a execução do fundo suplementar.

Em análise aos registros apresentados, verificou-se que as despesas pagas referentes à Consultoria Internacional e a execução do Fundo Suplementar correspondem, entre o ano de 2014 e 2022, a 3.909.274 euros e 493.256,25 euros, respectivamente. Deste montante, 3.078.909,15 euros (78,8% do executado) e 151.108,82 euros (30,6% do executado) se encontram registrados no Sistema. Durante o ano de 2022, o SFB e o ICMBio registraram, conforme disponibilidade orçamentária, 1.468.086,42 euros, o que demonstra o compromisso e esforço para obtenção de disponibilidade orçamentária para realização dos registros conforme indicado pela STN.

A Coordenação Executiva do Projeto informou que, a partir da publicação da Emenda Constitucional 126, de 21.12.2022, que altera das Disposições Constitucionais Transitórias, e que por meio da nova redação dada ao Artigo 107, que permite que *"despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas com recursos de doações, bem como despesas com projetos custeados com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais"* não estejam incluídas no limite das despesas primárias (parágrafo 6-A), juntamente com o ICMBio e o SFB, buscará a obtenção de disponibilidade orçamentária para dar andamento aos registros dos valores anteriormente realizados e a registrar. Assim como, os novos pagamentos referentes à Consultoria Internacional e Fundo Suplementar serão registrados mediante prévio empenho, e o registro no Siafi será realizado tão logo o KfW realize o pagamento referente à Consultoria Internacional e ao Fundo Suplementar, e informe o pagamento à coordenação do projeto.

Verifica-se assim que a Coordenação do Projeto tem evidenciado esforços para dar cumprimento à recomendação emitida pela STN, procedendo o correto e devido registro de todas as despesas envolvidas no Projeto.

Os demais órgãos de controle externo, TCU e SAIN não emitiram recomendações no exercício de 2022.

## **5. CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS: Cláusulas Contratuais cumpridas adequadamente.**

Durante o exercício auditado, pudemos verificar de maneira geral que as cláusulas/artigos do Contrato de Contribuição Financeira KfW BMZ/2003.66.658 de caráter contábil-financeiro-gerencial foram adequadamente cumpridas.

## **6. ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DE GASTOS: Prestações de Contas encaminhadas ao KfW corretamente elaboradas.**

Verificou-se que as Solicitações de Desembolso nºs 01/2022-SFB e 014/2022-ICMBio estão: i) amparadas pelo Sistema Contábil Federal (Siafi); ii) sustentadas em documentos de despesas elegíveis e válidos; e iii) voltadas para as finalidades do Projeto. Neste Projeto as Solicitações de Desembolso, seguidas da Relação Sintética de Despesas que as acompanham, representam as demonstrações financeiras anuais e são apresentadas em Reais.

Os valores do Siafi estão conciliados com os SOE 01/2022/SFB e 14/2022-ICMBio, exceto, no caso deste último, quanto ao pagamento à empresa Matos Engenharia e Comércio Eireli ocorrido em 18/11/2022 no valor de R\$ 20.062,55, que não foi inserido neste SOE. Considerando a baixa materialidade deste pagamento, entendemos que a Relação Sintética de despesa representa a posição da execução ocorrida em 2022, não carecendo de ressalva quanto à opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras de 2022.

Importante destacar que o Projeto KfW BMZ 2003.66.658 não utiliza a rotina de adiantamentos de recursos a uma Conta Designada e por ela efetua os pagamentos para o financiamento das despesas do Projeto. A rotina utilizada se vale de recursos próprios do Tesouro Nacional para o financiamento dos gastos por meio de uma fonte de recursos específica, para, posteriormente, se reembolsar junto ao KfW.

Portanto, os valores em Euros apresentados nas Notas Explicativas, representam meramente a equivalência dos pedidos de desembolso em Euro. Contudo, tais montantes apesar de terem sido reembolsados e creditados na Conta Especial não representam antecipações de recursos ou disponibilidade do Projeto, por se tratar de modalidade de reembolso, estando os recursos à disposição somente do Tesouro Nacional.

## **7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Demonstrações financeiras apresentadas corretamente.**

As demonstrações financeiras para o Projeto Gestão Florestal são representadas pelas prestações de contas encaminhadas ao KfW, quais sejam: Relação Sintética de Despesas e Relação Detalhada de Despesa, além das Notas Explicativas. Para 2022 foram apresentadas as prestações de contas e as Solicitações de Desembolso nºs 01/2022-SFB e 014/2022-ICMBio, que, por sua vez, estão sustentadas em registros contábeis efetuados no sistema contábil federal (Siafi) e estão sustentadas em documentos de despesas elegíveis e válidos e para as finalidades do Projeto. Não houve recomendação de adoção de nenhum ajuste para o exercício de 2022.

Quanto às Notas Explicativas, verificou-se que o SFB apresentou o detalhamento do acompanhamento dos ajustes contábeis realizados no Siafi, a título de registro dos pagamentos efetuados diretamente pelo KfW junto aos fundos da doação, referente não só aos serviços da consultoria internacional, como também, destinados ao reembolso em decorrência do Fundo Suplementar.

## **8. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS: Regularidade dos processos examinados.**

As aquisições realizadas em 2022 ou pagas nesse período cumpriram com os requisitos do agente financiador, estavam previstas nos Planos de Aquisição inicialmente pactuados e foram consideradas elegíveis.

Quanto às licitações para compra de bens, serviços e obras, ou atestes e pagamentos de suas entregas, as análises realizadas, por amostragem, permitiram afirmar, nos aspectos mais relevantes, que foram realizados em observância às diretrizes do Banco e da legislação nacional aplicável, estando respaldados por documentação de suporte válida e previstas nos planos de aquisições ajustados. Ademais, as aquisições realizadas correspondem às atividades elegíveis ao Projeto e contribuem para o alcance dos objetivos pactuados.

## **9. GERENCIAMENTO DE BENS PATRIMONIAIS: Existência de contratos de manutenção e seguro para os bens adquiridos com recursos do projeto.**

Não foram adquiridos novos bens para o Projeto em 2022 e, dada a localização das obras e dos bens adquiridos anteriormente, não realizada inspeção física.

Entretanto, verificou-se a existência de contratos de manutenção e seguro para os bens de maior valor agregado adquiridos antes de 2022.

# CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas podemos concluir que:

- 1) Os resultados alcançados no exercício ora auditado atendem às metas estabelecidas para o atingimento do objetivo do Projeto, apesar da execução das metas financeiras que ficaram abaixo das previsões do Plano Operativo Anual.
- 2) As recomendações emitidas pela CGU ao Projeto, referentes a exercícios anteriores, foram implementadas e não existem recomendações pendentes de atendimento emitidas no exercício de 2022.
- 3) As estruturas organizacional e de controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos estão razoavelmente adequadas para a execução e monitoramento do Projeto.
- 4) As cláusulas contratuais mais relevantes de caráter contábil, financeiro e gerencial foram cumpridas pelo mutuário.
- 5) As Solicitações de Desembolso nº 01/2022-SFB e 014/2022-ICMBio são compatíveis com as finalidades do Projeto e estão amparadas por documentação válida.
- 6) As Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, as despesas incorridas no período auditado, estão suportadas em registros contábeis confiáveis de acordo com as práticas contábeis informadas nas Notas Explicativas que as acompanham.
- 7) A execução dos contratos de aquisição de obras e serviços realizados no âmbito do Projeto, observou as normas e procedimentos do Banco e a legislação nacional de forma geral, os produtos, serviços e obras recebidos foram adequadamente atestados e atendem aos objetivos do Projeto.
- 8) Embora, devido à localização das obras e bens do projeto, não se tenha realizado inspeção física, verificou-se a existência de contratos de manutenção e de seguro para os bens de maior valor agregado adquiridos com recursos do Projeto.